

Súmula vinculante e democracia

Vallisney de Souza Oliveira*

Por força da Emenda 45/2004, a Constituição de 1988 previu a possibilidade da edição das súmulas vinculantes pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com eficácia obrigatória para casos idênticos existentes em todas as instâncias judiciárias do país.

A súmula vinculante se insere no Direito brasileiro no momento em que o Poder Judiciário está sobrecarregado de inúmeros processos idênticos, como os movidos por funcionários públicos visando à determinada diferença salarial e os de empresas contra a exigibilidade tributária, entre outras causas denominadas de massa.

O aumento avassalador de processos e de recursos gera insegurança e descrédito no corpo judiciário e na população, que precisa resolver os seus conflitos de forma legítima, eficaz, célere e segura.

Para a edição da súmula vinculante são necessários (art. 103-A da CF/1988): *quorum* qualificado, de dois terços, para aprovação; existência de decisões repetitivas no mesmo sentido do próprio STF e que gerem multiplicação de processos sobre questões idênticas; matéria em discussão apenas de direito e não de fato.

O pedido de criação, de revisão ou de extinção da súmula pode ser feito por muitas pessoas e entidades: Presidente da República; Mesa do Senado Federal; Mesa da Câmara dos Deputados; Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; Governador do Estado ou do Distrito Federal; Procurador-Geral da República; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; partido político com representação no Congresso Nacional; confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional; Defensor Público-Geral da União; Tribunais Superiores, os Tribunais de Justiça dos Estados ou do Distrito Federal

e Territórios; Tribunais Regionais Federais; Tribunais Regionais do Trabalho; Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais Militares (art. 3º da Lei 11.417/2006).

Esse rol extenso de autores sumulares tornou flexível e facilitou o mecanismo da edição, da mudança e da supressão da súmula, caindo por terra o argumento de que a criação da súmula *engessar*á a magistratura, conforme defende corrente doutrinária infensa ao instituto. Além disso, ao se dimensionar o acesso das pessoas legitimadas, atenuou-se o risco das dificuldades para a criação, revisão ou cancelamento da súmula, alargando-se, portanto, o acesso à justiça em prol do direito e da jurisdição constitucional.

Conforme a Constituição, a decisão transgressora da súmula vinculante, em casos repetitivos e idênticos, enseja o juízo de controle via reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal, a quem compete cassar a decisão e determinar sua substituição por outra.

Porém, o enunciado vinculante não impede o juiz de continuar, em cada processo, a fazer a devida apreciação e a cuidadosa interpretação de normas, e a aplicar a questão fática particular ao caso concreto. Mesmo na hipótese de matéria cuja controvérsia envolva eventual aplicação de súmula vinculante, o magistrado pode ainda averiguar se o enunciado é cabível ou incabível ao caso em discussão.

Também a súmula vinculante não interfere no Poder Legislativo, pelo fato de não haver óbice para o legislador em editar norma contrária à jurisprudência vinculativa, *revogando-a*.

Consigne-se que, na prática, mesmo as súmulas gerais (não vinculativas) são seguidas por praticamente todos os juízes como uma espécie de vinculação implícita, persuasiva e moral, pois no geral o juiz obedece à súmula de tribunal, sobretudo ao qual está diretamente vinculado.

O ideal seria o Brasil ser dotado de um Poder Judiciário democrático, forte, centrado em pluralismo de idéias e de ações, e não um Judiciário massificado, burocratizado e amarrado a decisões vindas de órgão

*Juiz Federal em Brasília. Mestre e Doutor em Direito (PUC/SP). Professor da UFAM e da UnB. Autor dos livros: *Audiência, instrução e julgamento*, *Embargos à execução fiscal e Nulidade da sentença e o princípio da congruência*. Coordenador e co-autor da obra *Constituição e processo civil*.

judicial superior. Seja como for, a instituição da súmula vinculante não viola o poder judicial de livre apreciação da demanda e traz com ela mecanismos facilitadores de sua modificação e extinção. Configura, ainda, mais uma medida normativa, além das constantes da legislação brasileira e de outras que poderão vir a ser criadas, com vistas a se dar celeridade e utilidade no processo e no julgamento dos feitos, para se poder entregar à sociedade um serviço forense ágil, dinâmico, valorizado e responsável, em benefício, sempre, do povo.

Conquanto a súmula com tais efeitos resolva mais diretamente o problema de sobrecarga de trabalho no STF, indiretamente auxilia na diminuição de demandas repetitivas que sobrecarregam o Judiciário nacional, se pronta e continuamente editada pelo Tribunal de maior hierarquia do país, que, aliás, até agora, limitou-se a editar apenas três súmulas vinculantes.

Por isso deve ser constante o trabalho de edição de novas súmulas vinculantes. Os inúmeros legitimados precisam ficar atentos para verificar situações onde já existe enormidade de ações idênticas e provocar o Supremo. Assim o instituto da súmula vinculante terá grande eficácia e repercussão positiva nos serviços judiciais.

Garantida a liberdade do magistrado para julgar questões particulares e para verificar se àquele fato sob sua apreciação deve aplicar realmente o enunciado obrigatório do STF, a instituição da súmula vinculante auxilia na prestação jurisdicional rápida e eficiente, sem prejuízo de trazer segurança jurídica aos jurisdicionados.

Diante desse relevante *munus* e desse poder nas mãos de seus ministros, cabe ao STF procurar editar súmulas ajustadas aos valores sociais e à justiça que, como inúmeras boas decisões de Tribunais, são seguidas quase sempre voluntariamente (e não obrigatoriamente) pelos demais membros da magistratura do país.